

Reunião com o MJ - 17.06.2021

Tendo em consideração os vários pedidos de reunião, solicitados pelo SFJ à Sr^a. Ministra da Justiça, sem que tivéssemos obtido nenhum resultado, fomos hoje recebidos pelo SEAJ, no Ministério da Justiça, estando presentes:

- Secretário de Estado Adjunto e da Justiça – Dr. Mário Belo Morgado
- Chefe de Gabinete – Dr. Vítor Sousa
- Sub Directora-Geral da DGAJ – Dr^a. Ana Cáceres
- Dr. Brandão Pires.

Delegação do SFJ:

- Alexandre Silva – Secretário-geral do SFJ
- Lilibeth Ferreira – Secretária Nacional do SFJ.

A delegação do SFJ manifestou o seu desagrado e referiu que não concorda com o documento (projeto de Estatuto publicado no BTE) em virtude de o mesmo não seguir a linha de negociação anteriormente realizada com a Sr^a. Ministra da Justiça.

Mais referimos (SFJ) que também não concordávamos:

- Com a divisão da carreira em dois graus de complexidade funcional 2 e 3;
- Fizemos questão de voltar a mencionar que o GCF3 é para todos os Oficiais de Justiça;
- Com o exercício dos cargos de chefia em comissão de serviço;
- Com a fórmula elencada para a integração do suplemento remuneratório, o SFJ defende e considera justo que o mesmo seja integrado como remuneração, ou seja, em 14 meses;
- Jamais concordaríamos que o Suplemento Remuneratório fosse considerado como compensação para o dever especial de Permanência.

Mais referimos que era essencial considerar um regime especial para a aposentação.

Mais alertamos, que o SFJ considera que, para além da Licenciatura em Direito, sejam consideradas as Licenciaturas de Técnico Superior de Justiça (Universidade de Aveiro); Economia, Gestão, Contabilidade, Solicitadoria, como já hoje são consideradas para efeitos de acesso à categoria de Secretário de Justiça (DL 343/99, 26.08).